

O FIO DA MEADA X

“CABEÇA DO CACHORRO” - A FALSA RESERVA INDÍGENA

76

O FIO DA MEADA X

“CABEÇA DO CACHORRO” - A FALSA RESERVA INDÍGENA

“Índios terão reserva do tamanho de Cuba”.

A reserva foi demarcada com a ajuda do G7, o grupo dos sete países mais ricos. A nova área, com 10,6 milhões de hectares, foi homologada pelo presidente Fernando Henrique a semana passada“

(Folha de São Paulo 25/4/98 - Abnor Gondin - Brasília)

“Quarta 27 - O presidente FHC recebe em Brasília o Secretário de Defesa dos estados Unidos, William Cohen. Ele também vai conversar com autoridades militares sobre a criação de um MINISTÉRIO DE DEFESA NO BRASIL”

(Revista “ÉPOCA” nº 1 - 25/5/98)

O poder colonial, que retalhou a África, desprezando etnias, que derrubou o muro de Berlim, sem disparar um tiro e pulverizou a URSS, **pretende desagregar o território Brasileiro, para dominar e explorar as reservas de minérios estratégicos, localizadas na Amazônia (Nióbio, Terras Raras e etc). A Região acima do Rio Solimões corre risco real. Ignorar o problema é agravá-lo!!**

Já foram feitos os primeiros movimentos que indicam o objetivo do inimigo, com **a criação da chamada Reserva Ianomami, que a pirataria internacional chama de “Nação Indígena”**. Em continuidade, cumprindo missão determinada pelo inimigo externo, segundo o noticiário copiado acima, o **Governo cedeu mais uma base de operações para os “guerreiros verdes”**, que estão posicionados em nossas fronteiras. É de se notar que **a região conhecida por “Cabeça do Cachorro” é riquíssima em minérios estratégicos.**

O mapa, reproduzido em anexo, **demonstra que o objetivo do Controlador Externo, a partir de Londres é apoderar-se da região Fronteiriça à Venezuela, se possível do Rio Solimões para cima. A “pinça está completa”, de um lado a “Cabeça do Cachorro”, do outro a “Reserva**

lanomami”, no meio o território da Venezuela, que lhes dá livre trânsito. Em razão disso, o G7, gentilmente, gastou US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares) para financiar a “demarcação” da **falsa reserva indígena**, que segundo eles, abrigará 30.000 índios. A população indígena verdadeira, com certeza, é bem inferior ao divulgado, como no caso dos lanomamis, que são poucos indivíduos e de etnias diferentes. Nem o Brasil precisa de US\$ 600.000,00 do G7 e nem os poucos índios que, porventura, estejam na região, precisam de tanto território! O objetivo do inimigo está claro: **criar falsas nações indígenas, que justifiquem sua**

77

intervenção militar na Amazônia. Esse objetivo tornou-se prioritário porque os países do **G-7**, que se beneficiavam, há anos, com o **contrabando de minérios, a partir de Araxá e Catalão**, teve os seus objetivos fragilizados por denúncias e **precisa posicionar-se na região Amazônica, para garantir o abastecimento e a formação de reservas estratégicas de minérios, que não possuem em seus respectivos territórios.** Além disso, na conservação desses perversos objetivos, **cumprir manter a Nação brasileira na miséria do subdesenvolvimento.** Infelizmente, **riquezas minerais, pobreza e violência são companheiros constantes.** O Continente Africano é exemplo disso.

A cronologia dos fatos, abaixo elencados, **demonstra o risco real de perda de parte do território nacional, conquistado, a duras penas, pelos Bandeirantes, ao “Tratado de Tordesilhas”:**

a) **Denúncia de contrabando de Nióbio (Araxá e Catalão) - Ocidental Petroleum e Anglo American (Rothschild);**

b) **Tentativa de leilão de privatização da mina de Nióbio do Pico da Neblina, a 70 km da Venezuela, cancelada por denúncias;**

c) **Fogo em Roraima, que ensejou tentativa de intervenção na região, rechaçada pelo Exército Brasileiro, que recebeu duras críticas da mídia, claramente comprometida com os inimigos do Brasil;**

d) Ameaça de intervenção militar americana na Amazônia, feita pelo general americano Patrick Hughes, em discurso proferido no MIT, dia 9/4/98, o qual elencou como “motivos”, eventuais danos à ecologia da Amazônia e carência de matérias-primas;

e) Homologação da falsa Reserva Indígena da Região da Cabeça do Cachorro pela Presidência da República;

f) Willian Cohen, Secretário da Defesa do governo americano, visita o Presidente da República dia 27/5/98 e conversa com autoridades militares sobre a criação do Ministério da Defesa.

Assim como o gado no pasto não sabe que tem dono, os brasileiros acreditam, que o mundo não é de ninguém, e que a selva é barreira suficiente para impedir a ocupação da Amazônia. Ora, **se a URSS se esfacelou**, apesar de seu poderio atômico, no momento, **nada impede que o**

78

mesmo ocorra com o Brasil. O processo está em implantação. O inimigo externo, **apoiado por agentes internos**, está apenas criando condições que **justifiquem, perante a opinião pública internacional, sua intervenção militar na Amazônia.** Enquanto apoia ONGs, supostamente ecológicas, e **tenta fragilizar nossas Forças Armadas com a criação do chamado “Ministério da Defesa” e com restrições orçamentárias**, segue cabalando o apoio de **governantes**, que não **têm compromisso com a nacionalidade** e, menos ainda, **com o patriotismo.**

Diariamente, nosso território é invadido por aviões cargueiros do inimigo, que se abastecem de nióbio e outros minérios, ignorando nossa Soberania. **Potências estrangeiras precisam controlar as reservas de minérios estratégicos da Amazônia (Nióbio - Terras Raras).** É uma **questão de segurança interna para eles**, porque **sua indústria aeroespacial depende desses minérios, que só o Brasil possui.** Portanto, **somente a imediata ocupação da região por nossas Forças Armadas poderá abortar a invasão estrangeira e a perda da Soberania.**

A falsa Reserva Indígena da Cabeça do Cachorro fragiliza a defesa da região, fornecendo ao inimigo mais uma possibilidade de desculpa para invadir a Amazônia. Como a conjuntura do momento impossibilita a rápida militarização da Região em níveis adequados, **é imperioso que se impeça, imediatamente, a criação dessa falsa Reserva.**

O inimigo esperava agir nas sombras para criar uma situação irreversível. Desmascarado, age com açodamento, porque o tempo para concretizar seus objetivos hegemônicos está exaurindo-se rapidamente.

De nosso lado, **o tempo para estabelecermos uma defesa adequada da Amazônia também é exíguo**, impondo-se a tomada de medidas enérgicas e imediatas, porque **a inércia acarretará a perda do território.**

“O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever!”

São Paulo, 26 de maio de 1998

GRUPO DAS BANDEIRAS
ANTÔNIO JOSÉ RIBAS PAIVA
Presidente

OBS.: O processo para a fragmentação do território brasileiro continua em andamento, com a colaboração dos Governos da “Nova República”. O

79

governo do PT, meses antes de ser desmascarado por escândalos de corrupção, inclusive por mineradoras e países estrangeiros, demarcou a Reserva “Indígena” Raposa Serra do Sol em Roraima, atendendo determinações do Controlador da City de Londres.

São Paulo, 12 de setembro de 2005

GRUPO DAS BANDEIRAS
ANTÔNIO JOSÉ RIBAS PAIVA
Presidente

QUESTÃO INDÍGENA Govt: no demarca área de 10,6 milhões de hectares na Amazônia com dinheiro doado por países ricos

Índios terão reserva do tamanho de Cuba

ABNOR GONDIM
da Sucursal de Brasília

Os índios brasileiros vão ganhar uma reserva do tamanho aproximado de Cuba, maior do que a reserva dos índios yanomâmbis, que tem 9,4 milhões de hectares.

Será a maior área indígena situada em faixa de fronteira na Amazônia. A reserva foi demarcada com a ajuda do G-7, o grupo dos sete países ricos.

A nova área, com 10,6 milhões de hectares, foi homologada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na semana passada. Cuba tem 11,986 milhões de hectares.

A demarcação, na área conhecida como Cabeça do Cachorro (no oeste do Amazonas), na região do rio Negro, ocorreu num mês de resistência militar contra a criação de extensas áreas indígenas na faixa de fronteira.

A demarcação envolve e engloba 14 "ilhas" indígenas descontinuas, criadas durante o governo Sarney (1985-90) sob a inspiração do projeto Calha Norte. O projeto defendia o aumento da presença militar na Amazônia.

Antes da nova demarcação, as 14 "ilhas" tinham apenas 2,6 milhões de hectares.

O G-7 (formado por EUA, Japão, Canadá, Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália) doou ao go-

verno brasileiro R\$ 600 mil para demarcar cinco áreas indígenas contíguas na região do Médio e Alto Rio Negro, fronteira com a

Colômbia.

Nessas áreas vivem cerca de 30 mil índios, quase 10% da população indígena do Brasil, espalhados em 600 comunidades de 23 etnias, como baré, sutiaba, maku, baniwa e ticuna, entre outras.

Somente no rio Negro, as cinco áreas do rio Negro superam o território dos yanomâmbis (8,8 e 9,4 milhões de hectares).

No início da década, a consolidação da área dos yanomâmbis foi contestada por setores do Exército por estar localizada na fronteira com a Venezuela.

Nesta semana, a Funai (Fundação Nacional do Índio) irá concluir a identificação da última grande área indígena em faixa de fronteira na Amazônia: a do Vale do Juruá (entre os rios Juruá e Juruá-Paraná), onde existem seis grupos indígenas - ainda 630 comatados.

Terras da União

As ações da Funai estão baseadas em um parecer da Advocacia Geral da União, elaborado em 95, favorável à criação de áreas indígenas em faixa de fronteira (área de 150 km ao longo dos limites terrestres do país).

Com base no parecer, o ex-ministro da Justiça Nelson Jobim, atual ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmou que não existe "incompatibilidade" entre áreas indígenas e a localização em faixa de fronteira. Ele assegurou aos militares livre trânsito.

"Existe-se que a União tem sempre o domínio, quer sobre a terra de posse indígena, quer sobre o território declarado indispensável à segurança nacional", escreveu Jobim. Segundo o despacho, a posse permanente atribuída aos

índios não impede ações de defesa estratégica no local.

Apoio do Sítava

Os defensores do projeto Calha Norte interpretavam como ameaça à soberania nacional o apoio externo à criação de áreas indígenas na fronteira. Também o surgimento de Estados independentes dentro do país.

"A demarcação recebeu apoio do G-7, mas a decisão foi do governo brasileiro", afirma Márcio Santilli, ex-presidente da Funai (primeiro no Brasil no cargo).

Ele dirige a fundição na gestão de Jobim (1995-99) e é coordenador do Instituto Socioambiental, entidade contratada para consolidar a demarcação das áreas do rio Negro.

Segundo Santilli, os índios do rio Negro conseguiram também o apoio da Assembleia em 96, quando decidiram abrir mais de 40 hectares para a construção de uma hidroelétrica.

Essa soma irá fornecer energia para um dos ramos do Sítava (Sistema de Irrigação do Alto rio Negro), programa de US\$ 1,4 bilhão criado pelo governo para reforçar o controle do capangá negro na Amazônia.



JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES

A Amazônia e a hipocrisia européia

No começo deste século, um dos grandes juristas europeus, La Pradelle, sustentava, em extenso artigo publicado na *Revue Générale de Droit International (La Question Chinoise, vol. 8, págs. 272-340)*, o direito de os países europeus explorarem os recursos naturais da China, incapaz ou desinteressada de fazê-lo. O fundamento do direito de intervenção armada que pregava era o de que os recursos naturais de um país não são obra do povo que o habita, mas da natureza e, assim, nenhum povo tinha o direito de arrogar exclusividade de sua exploração. Dizia La Pradelle: "A China tem as mãos cheias de riquezas e não as quer explorar. Seu solo e seu subsolo guardam tesouros que ultrapassam suas necessidades; ela não quer permitir à Europa que deles tome sua parte; deixa dormir, sem utilizar, as riquezas que guarda; tem ela o direito de privar a humanidade dos recursos que a natureza dispôs por si mesma?" A essa indagação responde que a Europa tem o direito e o dever de lutar, não para expulsar os chineses, mas "para expulsá-los de seu egoísmo, de os expropriar de sua rotina, de os demover de sua inércia".

Antes dele, no século 16, Francisco de Vitória, um dos fundadores do Direito Internacional, ao discorrer sobre o Novo Mundo e sobre os povos indígenas que o habitavam, já afirmara que os recursos naturais são obra de Deus e, assim, nenhum povo tem o direito de excluir os demais do uso e gozo de tais recursos, pois são obras da natureza. Dizia Vitória: "No princípio do mundo, como as coisas erant comuns, era lícito a qualquer um dirigir-se a elas e percorrer as regiões que quisesse. E não se sabe que isso tenha sido abolido pela repartição das terras, pois nunca foi intenção das gentes evitar a mútua comunicação dos homens em virtude desta repartição" (*Relecciones Teologicas, Madri, 1934, pág. 356*).

Esse pensamento informou e justificou o sistema colonialista que dominou o cenário internacional. Tinha a colonização por objetivo obter a livre disposição dos recursos naturais dos territórios colonizados, o que levou o grande jurista francês e intérprete desse pensamento vigorante Georges Scelle, na década de 30, a justificar o uso da força contra povos dos territórios colonizados, a fim de os compelir a aceitar o princípio do livre comércio e, assim, permitir a utilização de seus recursos naturais pela co-

munidade internacional, ou seja, pelos países europeus.

Essa orientação, ditada pela relação de dominação e subordinação, foi abandonada com a adoção da política de descolonização empreendida pela ONU na década dos 60, inspirada pelo princípio da igualdade de direito e de autodeterminação dos povos (artigo 12 da *Carta da ONU*). O movimento dos países do então chamado Terceiro Mundo conseguiu aprovar, na Assembleia Geral da ONU, a Resolução 1.803, de 1962, pela qual se reconheceu a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, contando com a aprovação dos países desenvolvidos.

Tal resolução e outras muitas aprovadas pela ONU e por outras organizações internacionais, ao lado de tratados internacionais sobre a proteção do meio ambiente, demonstram preocupação da comunidade internacional, como um todo, com o globo terrestre e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Nesse quadro incluem-se o Tratado da Antártica, o Tratado sobre a Cooperação Amazônica, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e a de Montreal sobre clorofluorcarbonatos, a Convenção do Mar, de Montego Bay, de 1972 – que considera o solo e o

subsolo marinhos patrimônio comum da humanidade, com o que os EUA não concordam e, por isso, não a firmaram –, as resoluções da Conferência da ONU no Rio e muitas outras, que indicam que o centro das expectativas da comunidade internacional não é mais o indivíduo ou o Estado, mas a humanidade como um todo.

A questão imediata que tais expectativas sugerem é a de qual autoridade internacional deve zelar pelo atendimento dessas expectativas, se o Estado – como autoridade que é de direito internacional – ou a comunidade internacional organizada.

Diversas manifestações de Estados indicam que, em determinados casos, a autoridade internacional competente e capaz para zelar por tais interesses, no âmbito de seu território, é o Estado. Dentre tais manifestações, destaca-se a dos EUA, que realizaram, em seu território, inúmeras experiências nucleares, e no Atol de Bikini, simplesmente apagado do mapa pela explosão de bomba de hidrogênio, ante o estardalhaço dos demais povos. Na antiga União Soviética o mesmo ocorreu, ocasionando, até, o desastroso vazamento de Chernobyl, com graves efeitos em parte da Europa. Mais recentemente, a França, enfrentando o protesto de todo o mundo, resolveu fazer experimentos atômicos em ilhas do Pacífico, sob o argumento de que estaria lutando de sua defesa nacional, embora pondo em risco a saúde

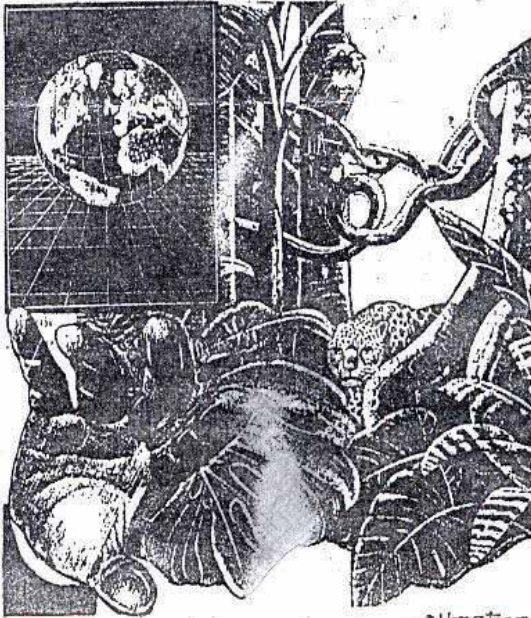
e a integridade física de outros povos. O incidente com navio da organização Greenpeace demonstra a firmeza com que a França defendeu seu interesse, em oposição ao da comunidade internacional.

Curiosamente, o Parlamento Europeu, em ato que revela a persistência da mentalidade de antigas metrópoles, senhoras dos destinos do mundo e das comunidades colonizadas, resolve aprovar críticas ao governo brasileiro por não aceitar ajuda da ONU no combate ao incêndio que destruiu parte de Roraima, sob o fundamento de que a floresta amazônica interessa à humanidade e, portanto, transcende o interesse do país em que se situa. É a velha justificativa colonialista que volta, sob o mesmo fundamento de proteção do interesse da humanidade, de que falavam Vitória, La Pradelle e Scelle.

Nesse quadro se inclui a proposta para que os países que integram o Grupo dos 8, versão atual do Concerto Europeu de 1815, realizem ação conjunta com a ONU para lutar "mais eficazmente contra a exploração abusiva e ilegal da floresta amazônica".

O que se procura, na verdade, é reviver a antiga justificativa intervencionista, que deu origem ao sistema colonialista, numa época em que os valores ocidentais não são mais os únicos a informar o sistema internacional. Falta autoridade ao Parlamento Europeu e aos Estados europeus em geral para expressar qualquer opinião sobre a Amazônia, cuja preservação é de responsabilidade exclusiva do Brasil e dos demais países que a integram, não obstante nem sempre capazes ou competentes para evitar ações danosas de exploradores. A aceitação da colaboração argentina e a mobilização das Forças Armadas demonstram disposição plena de resolver o problema ecológico causado pelo incêndio. Ainda que tais providências tenham sido tardiamente adotadas, não se pode, sob esse pretexto, internacionalizar a questão.

Afinal, a tenaz oposição dos países que integram o Otan, como Alemanha, EUA, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Itália e Países Baixos, ao pedido de parecer consultivo da Organização Mundial de Saúde à Corte Internacional de Justiça sobre a ameaça ou o emprego de armas nucleares, mostra o intuito real de tais países de tratar assuntos de ecologia segundo seus interesses exclusivos, e não os da comunidade internacional.



■ José Carlos de Magalhães, mestre (Unic) e doutor (USP) em Direito, é professor-assessor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

17:41 14/04/98

FAG. 01

FROM : EMBRATEL - DTC.12

PHONE NO. : 021 5196445

Apr. 14. 1998 01:55PM P1



Página 1 de 1

PLANTÃO

Boechat: general americano defende intervenção militar na Amazônia

RIO, 14 - Uma platêia de professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) testemunhou, na quinta-feira passada, um momento histórico: pela primeira vez, uma autoridade de alto escalão dos Estados Unidos defendeu em público a intervenção militar americana na Amazônia. A iniciativa foi do general Patrick Hughes, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas americanas. Ele fez uma palestra no MIT sobre as ameaças potenciais para os Estados Unidos nos próximos 20 anos.

De acordo com o general, as ameaças são o narcotráfico, o terrorismo, a falta de matérias-primas e os abusos no meio ambiente. Neste último item, o chefe da agência de informações militar americana disse que, se o Brasil resolver fazer uso da Amazônia de forma prejudicial ao meio ambiente dos Estados Unidos, os EUA devem estar prontos a interromper este processo imediatamente. Boechat frisou que a ameaça de intervenção militar não foi citada pelo general americano para enfrentar nenhuma das outras ameaças.

Volta